



Srs. (as) Jornalistas,

Como certamente é do vosso conhecimento, vai efectuar-se no próximo fim-de-semana, (21/06/2014) em Vila Pouca de Aguiar, a Convenção dos Autarcas do Alto Tâmega.

Nas últimas semanas têm-se multiplicado os encontros e iniciativas que reúnem autarcas de uma determinada região (presidentes de câmaras do Algarve, autarcas da CIM do Douro).

Perdida, pois, a originalidade, reforça-se a importância de estarem presentes a grande maioria dos autarcas do Alto Tâmega na reunião de 21 de Junho.

A designação da reunião: “Convenção dos Autarcas do Alto Tâmega pela defesa da saúde e das funções sociais do Estado” não pode, no essencial, ser modificado sob pena de não se cumprir a resolução da Assembleia Municipal extraordinária sobre saúde do Município de Chaves. Adicionalmente é evidente, que um título neutro do tipo “Jornadas autárquicas do Alto Tâmega” reduz também o impacto da mensagem política.

A recente decisão da Câmara de Boticas, de atribuir a medalha de Ouro ao primeiro-ministro Passos Coelho, é completamente desadequada (para além de injusta) numa altura em que a gravidade da ofensiva deste governo contra as funções sociais do Estado leva os mesmos autarcas a participarem numa convenção para a defesa da saúde e funções sociais do Estado no Alto Tâmega.

Parece também desadequado o convite a um ministro deste governo para assistir/participar na referida Convenção. Esta presença, a concretizar-se, pode condicionar a intervenção dos autarcas.

O texto a aprovar deve ser de um rigor e de uma firmeza que não permitam outra interpretação que não a de que os autarcas entendem que, com a questão do encerramento dos serviços públicos e do afastamento das funções sociais do Estado, é a própria viabilidade da região que está em causa.

Deve também ser apresentado um conjunto de iniciativas/attitudes que os autarcas tomarão, caso as suas reivindicações não sejam atendidas.

Após estas considerações, que para nós são de grande relevo, gostaríamos de fazer alguns comentários/sugestões sobre o documento base a aprovar na Convenção.

1. Reafirmar que a coesão territorial e social do país pressupõe um Estado social de proximidade e de qualidade em todo o território. Não pode ser em nome de falsos argumentos de qualidade que se encerram serviços públicos, dado que a proximidade é também um critério e dos mais importantes.

2. Recordar que a nossa região foi uma das que mais tardiamente beneficiou de importantes serviços públicos, nomeadamente nas acessibilidades, mas também na saúde e na educação.
3. Paradoxalmente é uma das que mais precocemente sofre uma catadupa de encerramentos ou despromoção de serviços públicos (em muitos casos já concretizados, noutros “ em vias de”). Este processo iniciou-se ainda com os governos do PS/Sócrates, mas tem sofrido um agravamento com o atual governo PSD/CDS.
4. Recordar a rápida perda de população identificada nos últimos censos, associada a uma inversão da pirâmide etária e agravada desde 2011 pela onda de emigração jovem. Lembrar também a baixíssima taxa de natalidade, ainda em queda.
5. **A Convenção deve exigir o fim de todos os encerramentos de serviços públicos anunciados, nomeadamente nas áreas da Justiça, no Ensino e das Repartições de Finanças e que sejam repostos os que, entretanto foram encerrando.**
6. A Convenção deve opor-se à extinção de autarquias.
7. **Deve ser denunciado o novo plano de encerramento adicional de escolas do ensino básico com menos de 21 alunos.**
8. O realce da Convenção deve centrar-se nas questões da saúde e em especial na qualificação do Hospital de Chaves e na implementação da recomendação da Assembleia da República para a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega.
9. Reafirmar que a questão da proximidade, em especial nos cuidados primários de saúde, é essencial, como critério de qualidade. A tendência deve ser os cuidados cada vez mais próximos das populações e não o encerramento de extensões do centro de saúde ou de outros projetos de proximidade.
10. Os presidentes de câmara devem levar uma relação exaustiva de todos os serviços públicos que encerraram ou estão ameaçados de encerrar nos seus concelhos.

Tal como o PCP em devido tempo alertou, o Governo prepara-se para extinguir da Casa do Douro em 31/12/2015. Reafirmamos o nosso propósito de tudo fazer para que o governo recue nas suas pretensões. Para além das iniciativas legislativas que apresentamos na AR, estamos e continuaremos a estar ao lado dos Vitivinicultores Durienses e das suas Organizações representativas, nas lutas que vêm desenvolvendo.

Assim sendo, o PCP, está solidário e apela à participação de todos, na Manifestação que se irá realizar no próximo dia 02 de Julho, na Régua, convocada pela AVIDOURO, em defesa da Casa do Douro, por outras políticas agrícolas e de mercado e por outro governo capaz de as promover!

Iremos também efectuar uma Sessão Pública, em defesa do Douro e dos seus Vitivinicultores, no Teatrinho – Régua -, com a presença do Sec. Geral do PCP - Jerónimo de Sousa, no próximo Domingo, dia 22, às 10H30.

A Direcção Organização Regional de Vila Real do PCP